

Índice regional de crédito rural nos municípios do Espírito Santo¹

Edileuza Aparecida Vital Galeano²

Antonio Elias Souza Silva³

Renzo Caliman Souza⁴

Resumo – Este artigo apresenta o índice regional de crédito rural (*IRCR*) para os municípios do Espírito Santo comparativamente aos demais estados brasileiros, mostrando a distribuição regional do crédito rural diante do valor da produção agropecuária. O *IRCR* médio do estado foi de 0,71 de 1999 a 2013, o que mostra que em média o estado teve participação menor no crédito em relação a sua participação no valor adicionado da agropecuária no período em análise. Até 2009 o *IRCR* do estado era inferior à unidade, tendo aumentado consideravelmente a partir de 2006, atingindo um pico de 1,49 em 2010. Em 2013 o estado apresentou o maior *IRCR* do Sudeste (1,34). Como era esperado, a distribuição do crédito rural entre as regiões e municípios do estado na maioria dos casos não acompanha sua participação relativa no valor adicionado da agropecuária. O estudo fornece indicadores para que os gestores possam tomar decisões no sentido de fomentar as atividades agropecuárias, bem como avaliar a eficiência do crédito rural em cada localidade ao longo dos anos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, desigualdade, valor adicionado.

Regional rural credit index in the municipalities of Espírito Santo

Abstract – This article presents the Regional Rural Credit Index (*IRCR*) for the municipalities of the state of Espírito Santo, compared to the other Brazilian states, showing the regional distribution of rural credit compared to agricultural production. The state's average *IRCR* was 0.71 from 1999 to 2013, which shows that on average the state had a smaller participation in credit in relation to its share of value added in agriculture in the period under analysis. Up to the year 2009, the *IRCR* of the state was lower than the unit, having increased considerably since 2006, reaching a peak of 1.49 in 2010. In 2013 the state presented the highest *IRCR* among the states of the Southeast (1,34). As expected, the distribution of rural credit among the regions and municipalities of the state in most cases does not track their relative share in the value added of farming. The study provides indicators

¹ Original recebido em 29/6/2017 e aprovado em 17/8/2017.

² Doutora em Economia, pesquisadora do Incaper e professora da Ufes. E-mail: edileuzagaleano@gmail.com

³ Engenheiro-agrônomo, mestrado em Extensão rural. E-mail: ae.souzasilva@hotmail.com

⁴ Graduando em Economia, bolsista do Incaper. E-mail: renzo.caliman@hotmail.com

so that managers can make decisions in order to foster agricultural activities, as well as evaluate the efficiency of rural credit in each locality over the years.

Keywords: regional development, inequality, added value.

Introdução

O crédito rural é um poderoso instrumento de política agrícola, indutor de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Esse mecanismo de apoio ao setor, que no Brasil data de meados da década de 1960, historicamente tem sido uma das políticas mais impactantes e de resposta mais imediata à produção rural, especialmente na modalidade de investimento, sem deixar de reconhecer também a importância da modalidade custeio.

Os dados do Banco Central mostram que o volume de recursos aplicados no crédito rural na década de 1970 foram crescentes, atingindo o volume financeiro máximo em 1979, 27% superior ao praticado em 2015. A partir da década de 1980, o volume de crédito rural entrou em tendência de queda, atingindo o mínimo em 1996, apenas 18,7% do volume praticado em 2015 (Figura 1).

Até meados da década de 1990, esse instrumento de desenvolvimento rural estabeleceu um modelo agrícola discriminador e excludente, favorecendo um seletivo grupo de agricultores médios e grandes, as culturas de exportação (commodities) e priorizando o Centro-Sul, apesar de a política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento. As concessões de crédito privilegiavam as commodities ligadas ao nascente complexo agroindustrial e ao setor agroexportador, as transações de maior volume e menor custo administrativo, com a centralidade na moderna agricultura do Centro-Sul. O crédito também privilegiou setores do mercado interno, como trigo, avicultura e leite (BITTENCOURT, 2003). Com isso, além de o pequeno produtor disputar o crédito com os demais produtores, ele era obrigado a seguir a mesma rotina bancária cujo perfil era voltado para o médio e o grande produtor (BELIK, 2000).

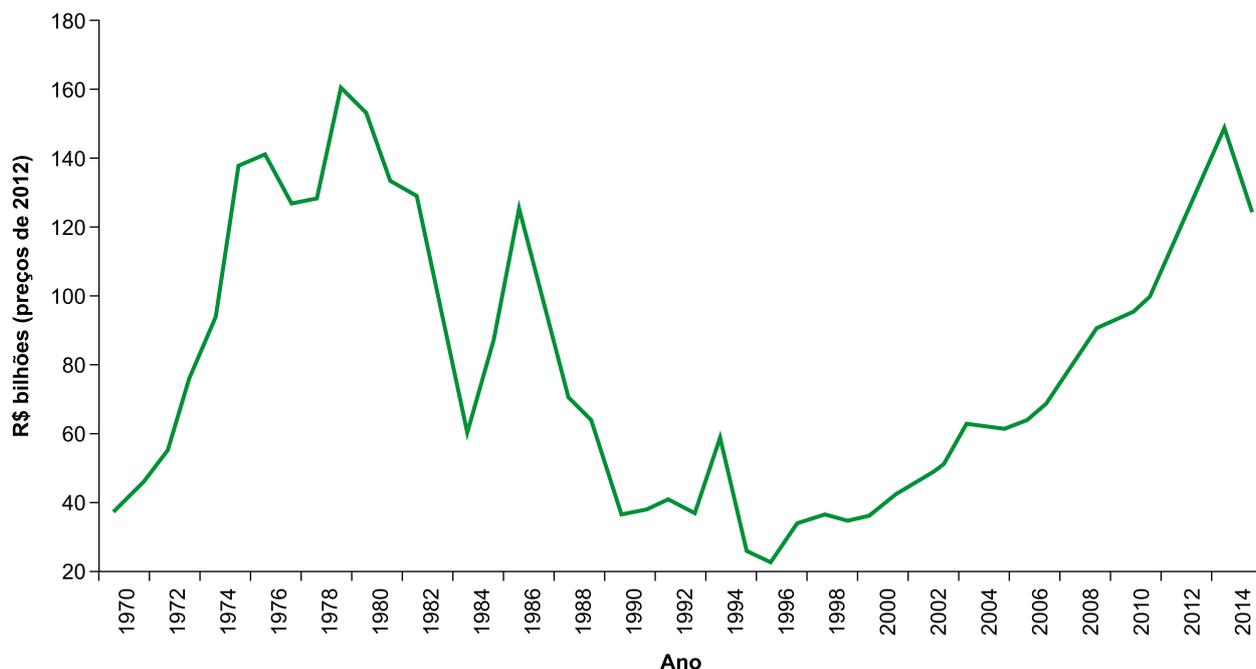


Figura 1. Evolução do crédito rural no Brasil em 1970–2015.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

A década de 1990 foi marcada por mudanças na estratégia econômica brasileira, com o agravamento dos problemas com o crédito rural causados pela desarticulação entre os juros do crédito rural e a evolução dos preços agrícolas. Nesse período, o crédito passou a centralizar-se nas operações de custeio e estabeleceu-se novo arranjo institucional. As organizações sociais se movimentaram no sentido de pressionar o governo federal a reiniciar a ampliação dos recursos destinados ao crédito rural, mas também a criar uma política diferenciada para a agricultura familiar, expressão que já era utilizada na década de 1990, formalmente instituída em 2006 (DE CONTI; ROITMAN, 2001), com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf ganha status de programa governamental a partir de meados de 1996. O volume de crédito voltou a subir a partir da segunda metade da década de 1990. Mesmo assim, o volume com recursos tem ficado muito abaixo do praticado nas décadas de 1970 e 1980. Conforme Belik (2015), o volume de crédito rural colocado à disposição dos produtores ainda é reduzido em relação às suas necessidades, e sua distribuição ocorre de uma forma desigual e seletiva.

Atualmente os governos se esforçam para intensificar as ações no sentido de democratizar e ampliar o acesso e uso do crédito rural, com inserção cada vez maior dos agricultores familiares.

O crédito rural contribui diretamente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. O presente artigo apresenta o índice regional de crédito rural (IRCR) para os municípios do Espírito Santo, comparativamente aos demais estados brasileiros.

Crédito rural e desenvolvimento regional

Na perspectiva de Keynes (1971), os bancos cumprem papel fundamental através da capacidade de expandir a liquidez e o crédito para que o empresário tenha sob seu comando

uma quantia apropriada de moeda para aplicação em capital produtivo. Para Kaldor (1970) e Myrdal (1968), o sistema financeiro poderia afetar o desenvolvimento regional através da promoção do desenvolvimento do país como um todo. Além disso, Myrdal (1968), ao discutir as causas do crescimento econômico desigual entre países e regiões na teoria da causalidade circular acumulativa, admitiu que os bancos têm importância crucial no desenvolvimento das regiões. Considerou que eles podem atuar melhorando ou prejudicando as desigualdades entre as regiões ao transferirem recursos financeiros das regiões mais ricas para as mais pobres ou vice-versa.

De Paula e Alves Júnior (2003) argumentaram que a expansão do crédito pelos bancos não é resultado de mudanças preconcebidas nas suas preferências na composição de seu portfólio, como reflexo de sua menor aversão ao risco. Enfatizam ainda que sob condições de incerteza, os bancos procuram pautar seu comportamento com base na avaliação do histórico da relação com os clientes e no acompanhamento das estratégias adotadas pela média de comportamento dos demais bancos. Assim, em épocas de crescimento, aumentam sua exposição ao risco; em épocas de crise, tendem a aumentar sua preferência pela liquidez, independentemente dos retornos esperados dos projetos de investimento.

Stuart (2005) introduz a ideia de funcionalidade do sistema financeiro, ou seja, que seu grau de desenvolvimento seja medido por seu papel funcional em fornecer *finance* e *funding* aos setores produtivos. A assimetria de informações entre emprestadores e tomadores identificada por Stiglitz e Weiss (1981) se mostra como mais uma falha no mercado financeiro. Os autores argumentam que a combinação da seleção adversa e do risco moral torna um setor financeiro, que, deixado aos princípios das leis de mercado, poderá trazer um resultado imperfeito, com restrições ao crédito, dificultando, assim, o acesso aos recursos necessários para a realização de novos projetos de investimentos. Dymski (2007) mostra que a ênfase na eficiência

bancária deve ser reduzida, pois a função da firma bancária deve levar em conta sua capacidade de gerar bem-estar social por meio da geração de recursos destinados às inversões produtivas. Ferreira Junior et al. (2012) defendem estratégias de política pública de inclusão financeira para as regiões menos desenvolvidas via Sistema de Fomento e Financiamento do Desenvolvimento Local e agências de fomento como forma de complemento da oferta de recursos destinados à produção.

A interdependência entre oferta e demanda de crédito regional é ponto chave da teoria pós-keynesiana para defender o desenvolvimento de sistemas financeiros regionais. A oferta de crédito é influenciada tanto pela preferência pela liquidez quanto pelo estágio de desenvolvimento bancário (CAVALCANTE et al., 2007). O aspecto financeiro é um importante insumo para enriquecimento da discussão acerca de aglomerações espaciais produtivas (CAVALCANTE, 2006). Minsky (1982, 1986), apoiado nas teorias de Keynes (1936), por sua vez, reconheceu a importância do setor financeiro ao explicar o caráter instável das economias de mercado. Estudos, em sua maioria de caráter pós-keynesiano (CHICK, 1992; CROCCO, 2010; DOW, 1982, 1990; RODRÍGUEZ-FUENTES, 1998), admitem que sob mobilidade imperfeita de capitais os bancos locais influenciam o desenvolvimento regional ao afetarem a disponibilidade local de crédito. Assim, considera-se que a estrutura do sistema financeiro pode afetar o desenvolvimento regional.

A atividade de intermediação financeira e criação de crédito faz com que o sistema financeiro seja imprescindível na propulsão do desenvolvimento econômico regional. Assim, a disponibilidade de crédito e seu efeito sobre o crescimento econômico estão diretamente relacionados, e quanto mais desenvolvido o sistema financeiro, maior deverá ser o potencial explicativo do crédito no crescimento (AMADO, 1997). Castro (2002) constatou a concentração da atividade financeira nas áreas de maior desenvolvimento econômico e concluiu que quanto maior o dinamismo econômico e a pro-

dutividade média do trabalho da região, maior sua capacidade em reter depósitos e menor sua preferência pela liquidez.

A concentração dos serviços bancários e de atividades financeiras em regiões mais desenvolvidas acarretam piora da distribuição de crédito nas regiões mais pobres (FREITAS; DE PAULA, 2010). Os autores mostram que a reestruturação bancária ocorrida no País pioraram as desigualdades na oferta de crédito. Nogueira et al. (2015) verificaram que o caráter altamente concentrado do sistema bancário brasileiro produz tendência de concentração das agências bancárias na região mais desenvolvida. Concluem que, embora esse padrão pudesse ser eficiente do ponto de vista dos bancos, ele não o é em relação ao desenvolvimento regional, aumentando suas disparidades econômicas diante das regiões mais desenvolvidas. Romero e Jayme Junior (2009) mostram que apesar de o crédito ter crescido em todas as macrorregiões, o aumento foi consideravelmente maior nas mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste em 2001–2006. Vasconcelos et al. (2004), com base nas evidências em relação à elevada concentração do crédito regional, conclui que a discussão sobre a baixa relação crédito bancário/PIB no Brasil deve envolver também questões regionais. Para Alexandre et al. (2008), uma distribuição regional do crédito mais igualitária pode melhorar a distribuição regional da renda no Brasil.

Nesse contexto, o setor agropecuário tem importância fundamental para a redução das desigualdades sociais e regionais. Isso pode ser verificado, por exemplo, pelo índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto da agropecuária municipal. Esse índice é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (desigualdade máxima).

No Espírito Santo, o índice de Gini da agropecuária caiu de 0,52 em 2006 para 0,41 em 2013, resultado que coloca o Espírito Santo entre os cinco estados brasileiros com menor índice de Gini na agropecuária. Para a indústria capixaba, o índice de Gini em

2013 foi igual a 0,84; no setor de Serviços foi de 0,79 (Figura 2). No Brasil como um todo, o índice de Gini da agropecuária em 2013 foi de 0,61; para a indústria, foi de 0,91 (Figura 3) (IBGE, 2016). Esse indicador mostra que o setor agropecuário, pela melhor distribuição das atividades ligadas diretamente à terra e demais recursos naturais, é fundamental para a redução das desigualdades sociais e regionais no estado – contribuem para a redução da concentração populacional e de renda na capital e grandes centros urbanos.

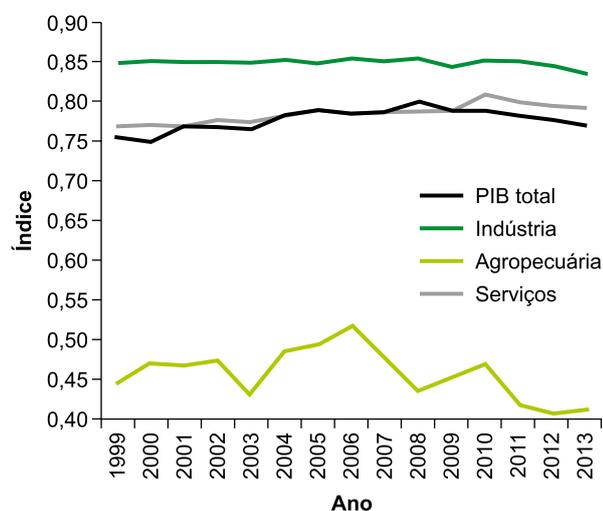


Figura 2. Índice de Gini setorial do Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do IBGE (2016).

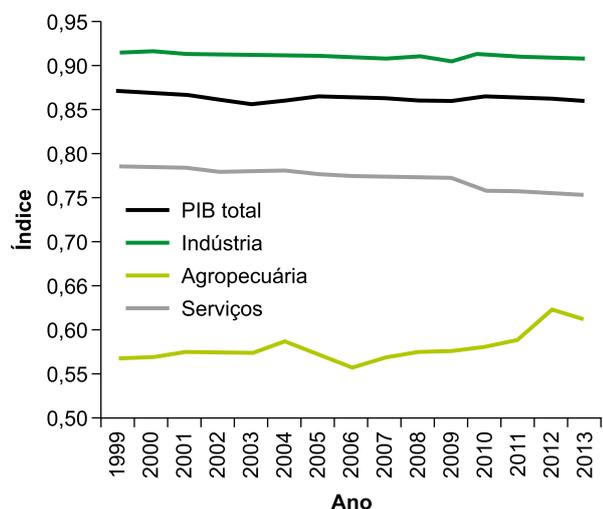


Figura 3. Índice de Gini setorial do Brasil.

Fonte: elaborada com dados do IBGE (2016).

A Figura 4 mostra o Índice de Gini da agropecuária para os estados brasileiros em 2013. Rondônia é o que apresenta o menor índice, seguido pelo Acre e Roraima. O Espírito Santo está na quinta colocação. O Piauí é o que apresenta o pior índice.

Apesar da importância do crédito rural para o desenvolvimento econômico, a participação percentual do crédito rural no total do crédito vem caindo nos últimos anos, e o crédito para Pronaf vem caindo em proporções ainda maiores. Além disso, Mattei (2014) mostrou que em 2000–2010 o crédito para a agricultura familiar estava concentrado no Sul do País, onde a agricultura familiar está mais integrada ao processo de produção agroindustrial, além de privilegiar segmentos do setor familiar e excluir outros. Quanto à questão regional, Sorgato e Ferreira Junior (2014) corroboraram a transferência de depósitos da região menos desenvolvida (Nordeste) para as mais desenvolvidas (Sudeste) em 2001–2010.

O crédito rural no Espírito Santo

A política de crédito rural no Espírito Santo tem buscado a sustentação, o fortalecimento e a ampliação das atividades agrícolas, especialmente àquelas inseridas nas cadeias produtivas já consolidadas – café, fruticultura, pecuária, silvicultura e olericultura –, mas também contemplando novas atividades, como floricultura, aquicultura, produtos orgânicos e agroturismo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016b). O governo do estado tem procurado incentivar a diversificação da produção agropecuária, conforme abordado em Galeano (2016).

De 1958 a 1985 a associação de Crédito e Assistência Rural (Acares) em parceria com o Banco de Crédito e Assistência Rural (Bcar), atual Banestes, desenvolveu um programa de crédito orientado, no qual a tomada de crédito estava condicionada à assistência técnica nas propriedades. Nesse período, foram aplicados no estado investimentos vultosos que foram muito importantes para a modernização tecnológica

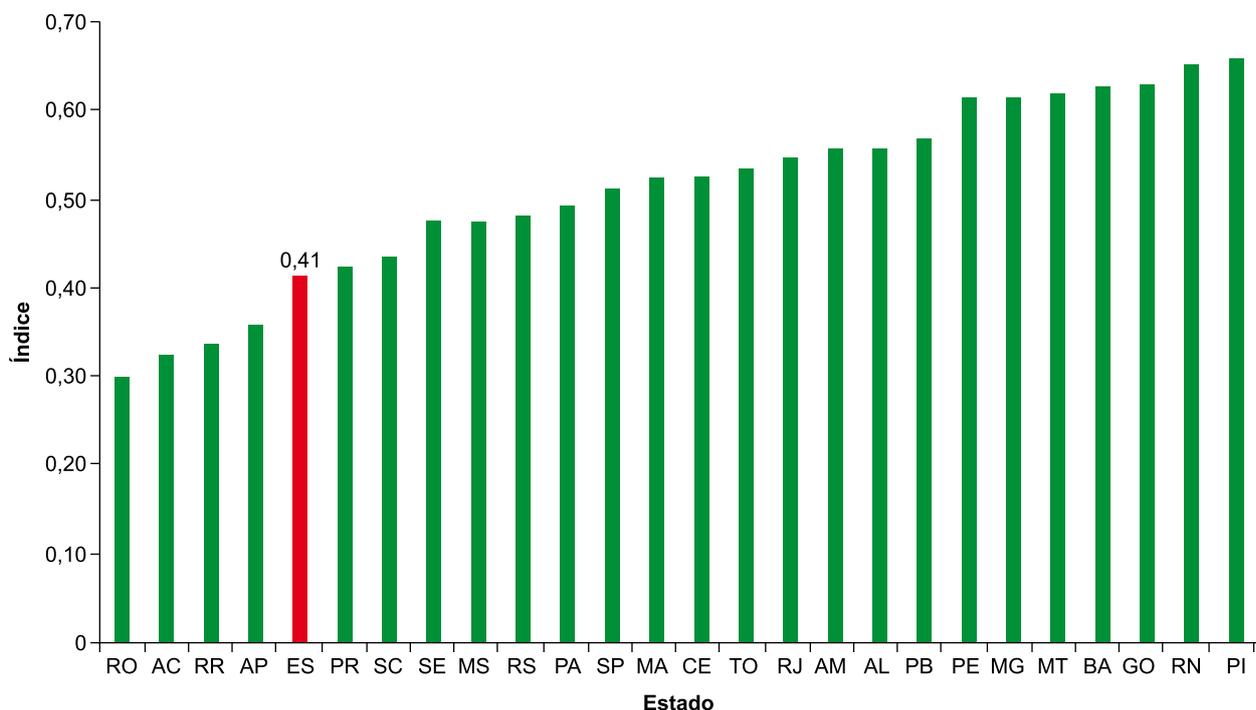


Figura 4. Índice de Gini do setor agropecuário dos estados brasileiros em 2013.

Fonte: elaborada com dados do IBGE (informar referência do IBGE).

das principais atividades agropecuárias: cafeicultura, olericultura, pecuária, avicultura e expansão da atividade florestal, por exemplo. Em meados da década de 1980, o governo federal decretou o fim do subsídio, o que levou imediatamente à majoração das taxas de juros. Como consequência, o crédito rural deixou de ser atrativo e com a instabilidade da economia brasileira os agricultores ficaram desestimulados. Com a criação do Pronaf, houve expansão de linhas e recursos. As taxas de juros voltaram a atrair especialmente os agricultores familiares (COSTA, 2016).

A Figura 5 mostra a evolução do crédito rural e do valor da produção agropecuária capixaba de 1999 a 2015. Percebe-se que a partir de 2004 o volume de crédito rural é crescente até 2014. Em 2013, o volume foi de 2,7 bilhões; o valor adicionado da agropecuária⁵ foi de

3,5 bilhões; e o valor bruto da produção agropecuária foi estimado em 9,9 bilhões, corrigidos a preços de 2015. Quanto a esse indicador, destaca-se que houve mudança na metodologia em 2013, e a agropecuária passou a ter peso menor no cálculo do PIB, o que resulta em um valor adicionado menor quando comparado à metodologia antiga (Figura 5).

Com o aumento do volume de crédito rural no Espírito Santo a partir de 2004, a participação do estado no total de crédito nacional passou de 0,9% em 2004 para 2,1% em 2010 (Figura 6). Em 2015 o volume de crédito caiu para 2,3 bilhões de reais e a participação do estado no crédito nacional caiu para 1,5%.

A participação dos recursos destinados ao investimento foi ampliada, passando de 3,6% em

⁵ Valor adicionado refere-se ao valor adicional que adquirem os bens e serviços ao ser transformados durante o processo produtivo, deduzido os custos intermediários utilizados no processo. No caso de atividades agropecuárias, as quais utilizam trabalho, terra, máquinas e equipamentos, capital de giro emprestado e diversos insumos, tais como sementes, fertilizantes, defensivos para produzir é necessário considerar que tais insumos foram produzidos por outros setores de atividade. Assim o valor adicionado refere-se ao cálculo do que cada setor ou ramo de atividade adicionou ao produto final, em cada etapa do processo produtivo (FONSECA, 2004).

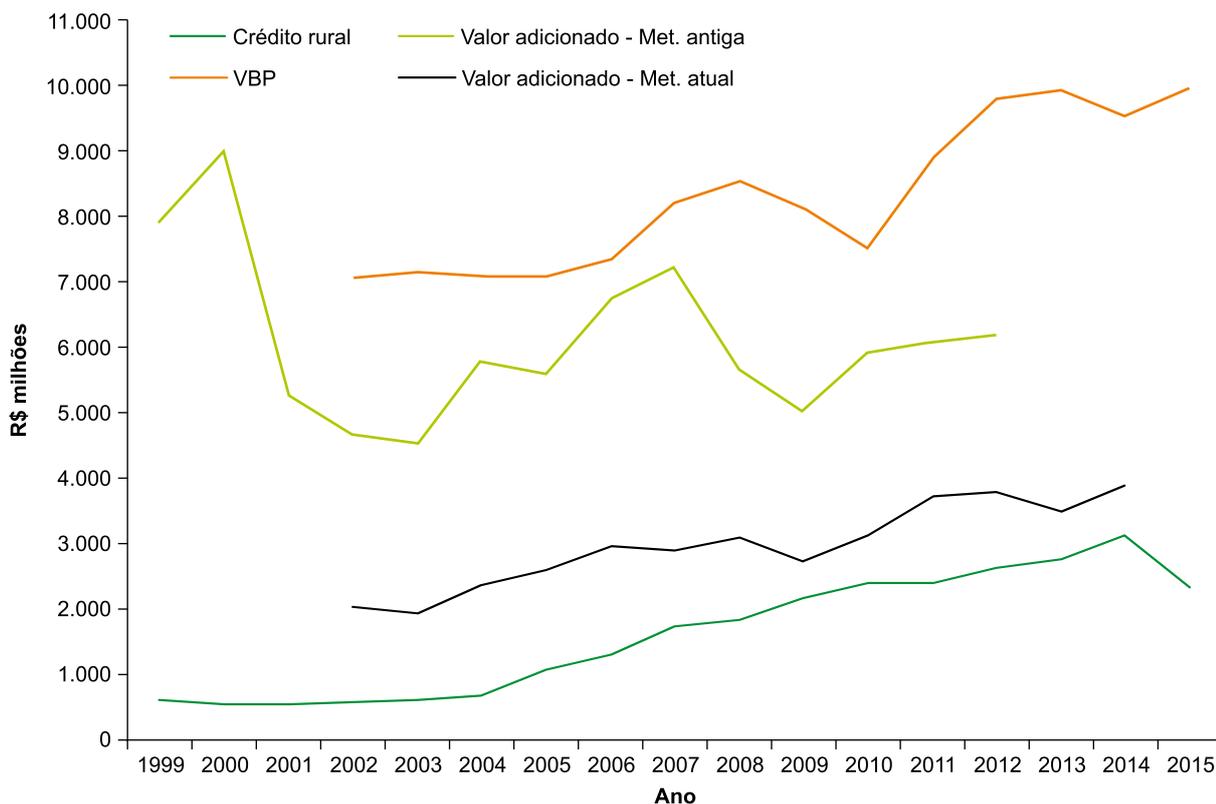


Figura 5. Evolução do crédito rural e do valor da produção do Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016). – Valores atualizados pelo IGP-DI 2015=100 (Fundação Getúlio Vargas, 2016).

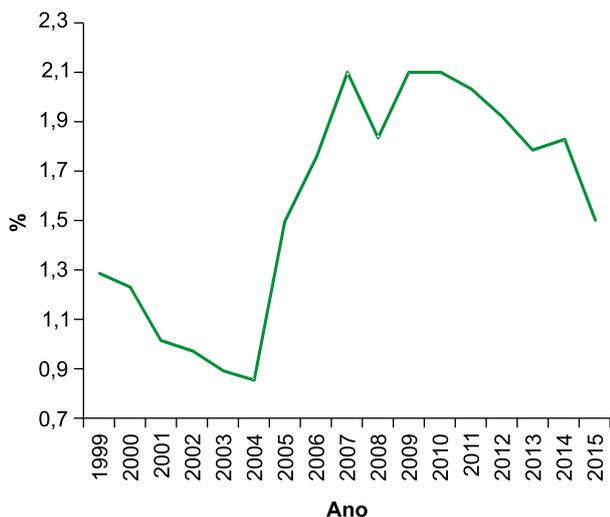


Figura 6. Participação do Espírito Santo no Crédito rural nacional.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

1999 para 41,9% em 2014, o que é considerado muito representativo para o desenvolvimento da agropecuária ao longo dos anos, pois essa modalidade de crédito é a que realmente fica ao longo de vários anos na propriedade, ampliando sua infraestrutura e a potencialidade produtiva. É muito importante que o agricultor capixaba tenha entendido e incorporado o conceito dessa modalidade de crédito. Enfatiza-se que esse percentual é bem superior ao da média nacional, que em 2014 foi igual a 26%. Em 2015, por causa da crise e incerteza, acompanhada pelo déficit hídrico que se acumula no estado, a participação do crédito para investimento rural capixaba foi menor que a dos anos anteriores. Já a participação do custeio no total do crédito rural capixaba caiu de 94,8% em 1999 para 46,8% em 2014. A participação dos recursos para comercialização

se manteve praticamente constante de 2002 a 2015 (Figura 7).

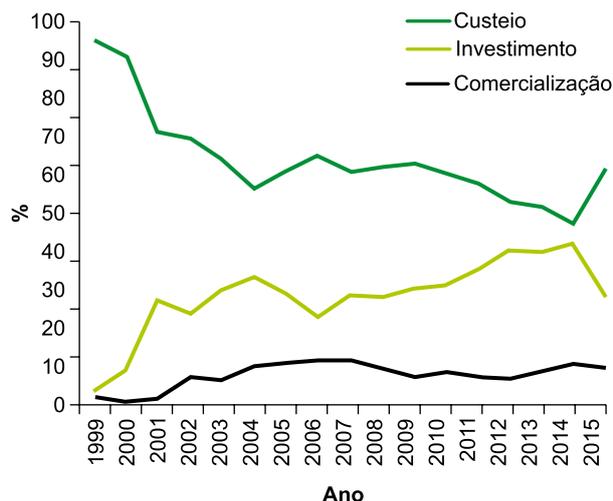


Figura 7. Participação por tipo de operação de crédito rural no Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

Quanto aos Pronaf, os recursos de crédito rurais destinados aos agricultores pronafianos do Espírito Santo evoluíram fortemente em pouco mais de 15 anos. Passou de R\$ 198,5 milhões, oriundos de 15.170 contratos em 1999, para R\$ 1,057 bilhão, referentes a 43.856 contratos (Figura 8). Esses recursos cresceram 432,5 % e o número de contratos 189%. A evolução foi interrompida em 2015 tendo em vista que os créditos tomados pelos agricultores caiu 29,2% em volume e 37,8% em número de contrato em relação a 2014 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). A redução pode ser explicada pela crise econômica brasileira e a crise hídrica que assolou o estado nos últimos anos (GALEANO et al., 2016).

As Figuras 8 e 9 mostram que de 2004 a 2005 o crescimento do volume total de crédito rural no estado foi superior ao crescimento do volume destinado ao Pronaf. O crescimento do crédito rural foi de 61%, enquanto o crédito para o Pronaf cresceu 14,7%. Apesar dessa redução percentual em relação ao total, o volume de recursos de créditos do Pronaf foi crescente até 2015.

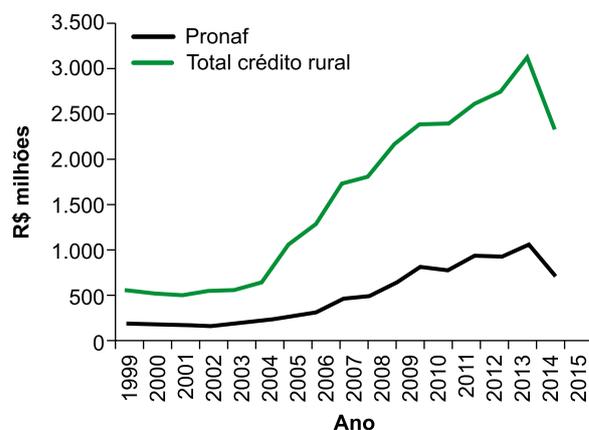


Figura 8. Evolução do volume do total de crédito rural e Pronaf no Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

Nota: valores corrigidos para 2016 pelo IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas, 2016).

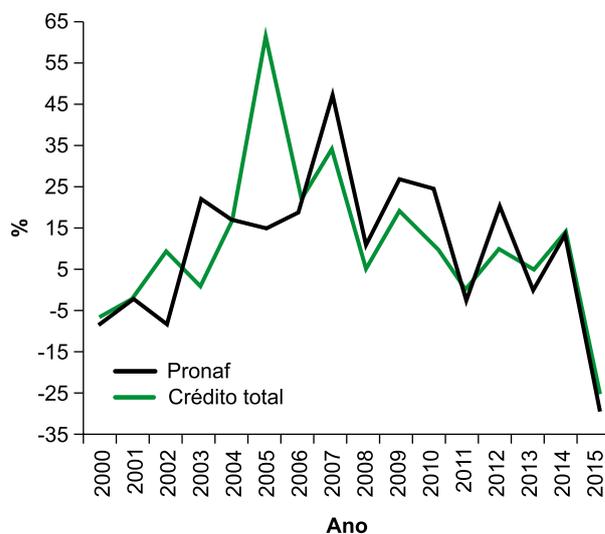


Figura 9. Evolução do crescimento do total do crédito rural e do Pronaf no Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

Quanto à distribuição dos recursos no estado, em média 32% foram destinados ao Pronaf no período de 1999 a 2015. Em 2006 houve queda na participação do Pronaf no total do volume de crédito, ficando em apenas 24,5% (Figura 10).

Quanto ao volume de crédito rural por modalidade, houve ampliação na tomada de crédito para custeio, passando de 15.124 para



Figura 10. Evolução da participação do Pronaf no total crédito rural do Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

17.023 contratos (12,5%); já o volume de recursos passou de R\$ 193,5 milhões em 1999 para R\$ 307,9 milhões em 2014 (59,1%). Embora tenha havido aumento substancial e desproporcional no volume de crédito de custeio em relação ao aumento de contratos, isso se explica pelo aumento do valor médio desses contratos, que passou de R\$ 12,8 para 22,9 milhões em 2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016a, 2016b).

A modalidade investimento experimentou alta histórica no período analisado, passando de 46 contratos em 1999 para 26.833 em 2014, chegando a R\$ 749,3 milhões nesse ano, ou seja, aumento de 150 vezes ou 14.762% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016a, 2016b). Sem desconsiderar a importância do crédito de custeio que envolve basicamente os insumos, os recursos de investimentos, quando bem aplicados, é que fazem a verdadeira revolução na propriedade, pois perpassam os ciclos das culturas dando sustentação às atividades no médio e longo prazos, melhorando assim a estrutura da unidade produtiva. Antes de 2006, a maior parte dos recursos

do Pronaf eram destinados para custeio; a partir daí os recursos para investimento predominaram, tendo atingido 71% em 2014 (Figura 11).

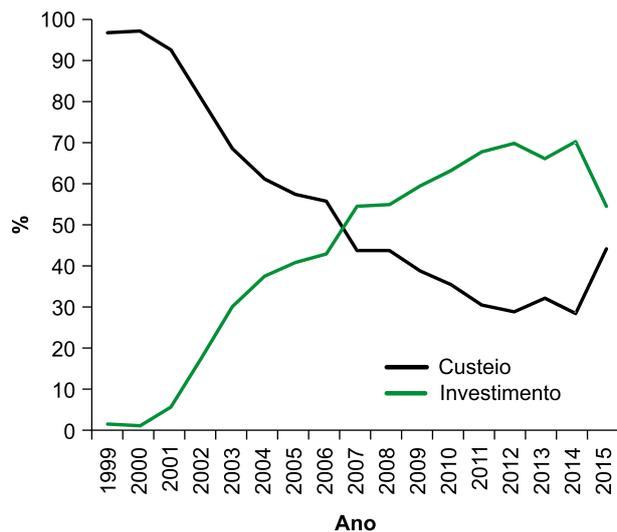


Figura 11. Participação por tipo de operação do Pronaf no Espírito Santo.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b).

Quando à distribuição de crédito por região, a mesorregião Litoral Norte representou 29,2% do crédito rural do estado em 2013, sendo os municípios de Linhares, São Mateus e Rio Bananal os maiores tomadores de crédito. Nesses municípios, predomina a produção de café conilon, fruticultura e pimenta-do-reino. Os municípios de João Neiva e Ibirajú são os que tomaram menos crédito. Neles, a produção é pouco diversificada, sendo a cafeicultura a atividade predominante. O Litoral Norte representou 26,7% do valor adicionado bruto da agropecuária.

O Noroeste representou 29% do crédito rural, sendo os municípios de Colatina, Nova Venécia e Vila Valério os maiores tomadores. Nesses municípios, predomina a produção de café conilon, fruticultura, olericultura, silvicultura e leite. Os municípios de Alto Rio Novo, Vila Pavão e Água Doce do Norte são os que tomaram menos crédito. Neles, as atividades são

mais concentradas na produção de café e leite. A mesorregião Noroeste representou 19% do valor adicionado bruto da agropecuária.

A mesorregião Central foi responsável por 25,2% do crédito rural, sendo os municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Afonso Cláudio os maiores tomadores de crédito. Essa região possui produção bem diversificada, com atividades ligadas à produção de ovos, galináceos, olericultura, fruticultura e café. Essa mesorregião representou 34,2% do valor adicionado bruto da agropecuária.

A mesorregião Sul participou com 16,6% do crédito rural, sendo os municípios de Iúna, Cachoeiro de Itapemirim e Castelo os maiores tomadores de crédito. Os menores tomadores foram Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço e São José do Calçado. Essa mesorregião representou 20,1% do valor adicionado bruto da agropecuária.

As regiões Central e Sul possuem participação no volume de crédito inferior à participação no valor adicionado bruto. As Figuras 12 e 13 mostram que os municípios destacados de vermelho representam áreas de menor dinamismo agropecuário. Nas áreas destacadas de vermelho, desconsiderando a capital Vitória e municípios adjacentes onde predominam atividades ligadas a indústria e serviços, são necessários estudos para identificar as potencialidades para a expansão do crédito rural.

Metodologia

Um indicador da desigualdade na distribuição do crédito num país é o índice regional de crédito (*IRC*)⁶. Ele compara a participação de uma região no total de crédito concedido no país com sua participação no PIB nacional. Quando o *IRC* é igual à unidade, a proporção de crédito aplicado na localidade é idêntica à proporção do PIB naquela localidade. Quando é maior que

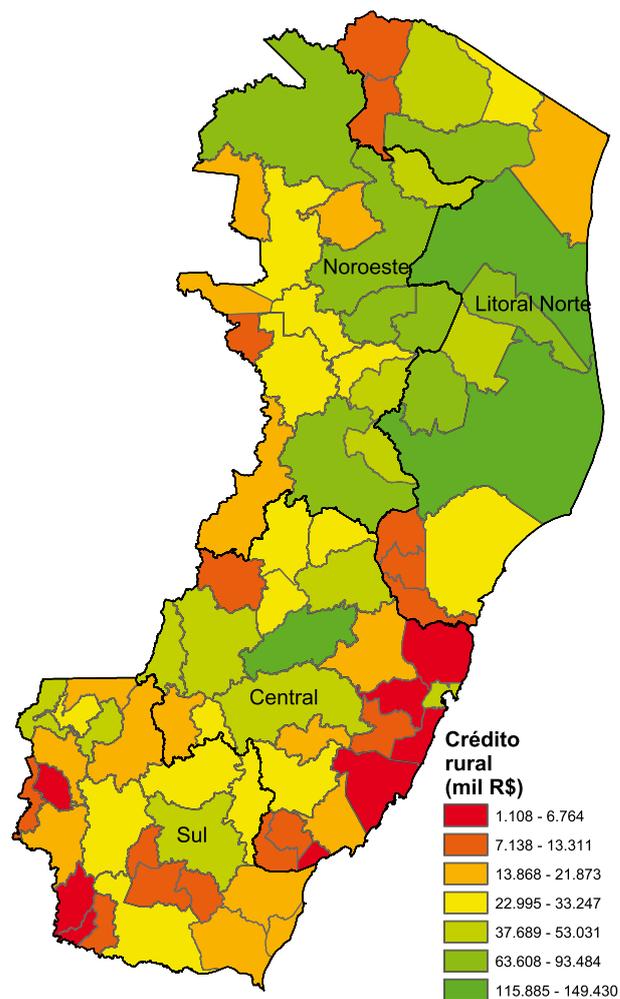


Figura 12. Distribuição do crédito rural no Espírito Santo em 2013.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016b).

a unidade, a participação da região na distribuição do crédito é superior à sua participação na distribuição do PIB; quando o *IRC* é menor que a unidade, a participação na distribuição do crédito é menor que a participação na distribuição do PIB:

$$IRC_i = (CRED_i / CRED_{br}) / (PIB_i / PIB_{br}) = 1 \quad (1)$$

CRED_i é o crédito para estado *i*; *CRED_{br}* é o crédito do Brasil; *PIB_i* é o PIB do estado *i*; e

⁶ Desenvolvido em Crocco (2010) e Crocco et al. (2011). Conforme Crocco et al. (2011), a metodologia aplicada ao IRC é uma adaptação do conhecido “quociente locacional”, amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

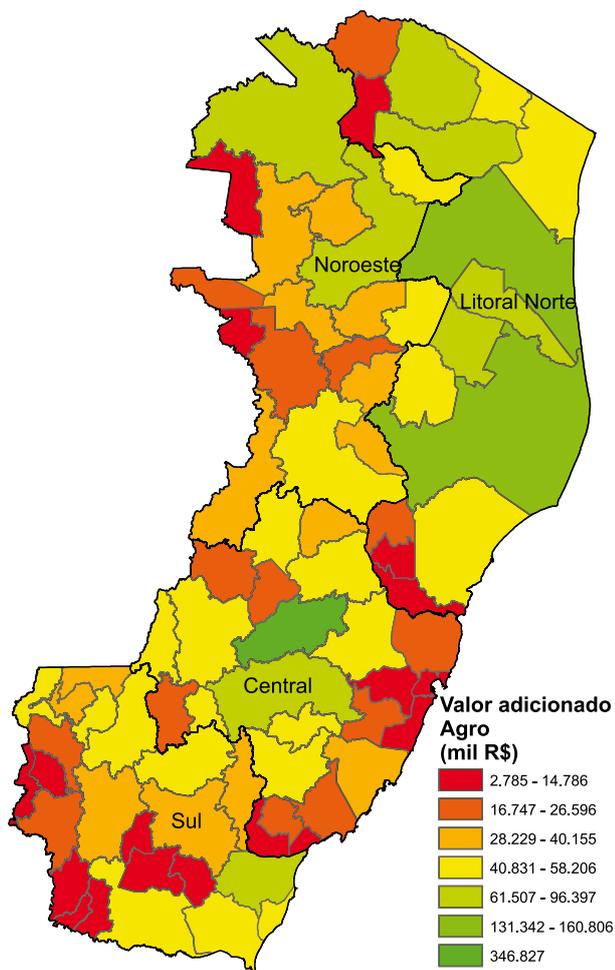


Figura 13. Distribuição do valor adicionado da agropecuária no Espírito Santo em 2013.

Fonte: elaborada com dados do PIB municipal-IBGE (2016).

PIBbr é o PIB do Brasil. A partir da equação 1, Crocco (2010) e Crocco et al. (2011) apresentaram o conceito de Gap regional de crédito como sendo o volume de crédito necessário para igualar a participação da localidade no total de crédito concedido no país à sua participação no PIB nacional. Conforme Crocco (2010), para se chegar a esse valor deve-se calcular primeiramente o montante de crédito necessário para que determinada região receba volume de crédito exatamente proporcional ao peso do seu PIB em relação ao Brasil. Essa variável foi denominada *CRÉDi*. O volume do Gap regional de crédito pode ser definido como

$$Gap = CREDi - CRÉDi \quad (2)$$

Seguindo a mesma ideia do *IRC*, um indicador de Gap regional de crédito (*IGRC*) pode ser definido como

$$IGRC = 1 - [(PIBi/PIBbr) - (CREDi/CREDbr)] \quad (3)$$

Um *IGRC* menor que a unidade revela que a região recebe menos crédito do que sua participação relativa no PIB. Já um indicador superior a unidade revela que a região recebe mais crédito do que sua participação relativa no PIB.

Resultados e discussão

A Figura 14 mostra o *IRC* do crédito rural do Espírito Santo e das regiões do Brasil. O indicador mostra que o Sul apresentou participação relativa no crédito acima da sua participação no valor adicionado na agropecuária. O Sudeste apresentou *IRCR* de 0,91 em 1999 e de 1,21 em 2013. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram participação relativa do crédito rural inferior à participação na distribuição do valor adicionado na agropecuária. Até 2009 a participação do Espírito Santo na distribuição do crédito foi menor que sua participação na distribuição do valor adicionado da agropecuária; depois de 2009, o indicador foi superior a unidade. O *IRCR* aumentou relativamente a partir de 2006, tendo atingido o pico de 1,49 em 2010.

Figura 15 mostra a média do *IRCR* para o período de 1999 a 2013. Para o Sul, a média do *IRCR* ficou em 1,48, a maior média entre as regiões, sendo o Paraná o estado que apresentou maior média do índice (1,58). No Espírito Santo, a média do *IRCR* foi de 0,71, o que mostra que na média a participação do estado foi menor no crédito do que no valor adicionado na agropecuária.

A Figura 16 mostra o *IRCR* das unidades federativas em 2013. O Norte possui o menor *IRCR*, mas o maior *IRCR* entre os estados é o de Tocantins (1,50). No Norte está também o estado com menor *IRCR*, o Amazonas. O Nordeste

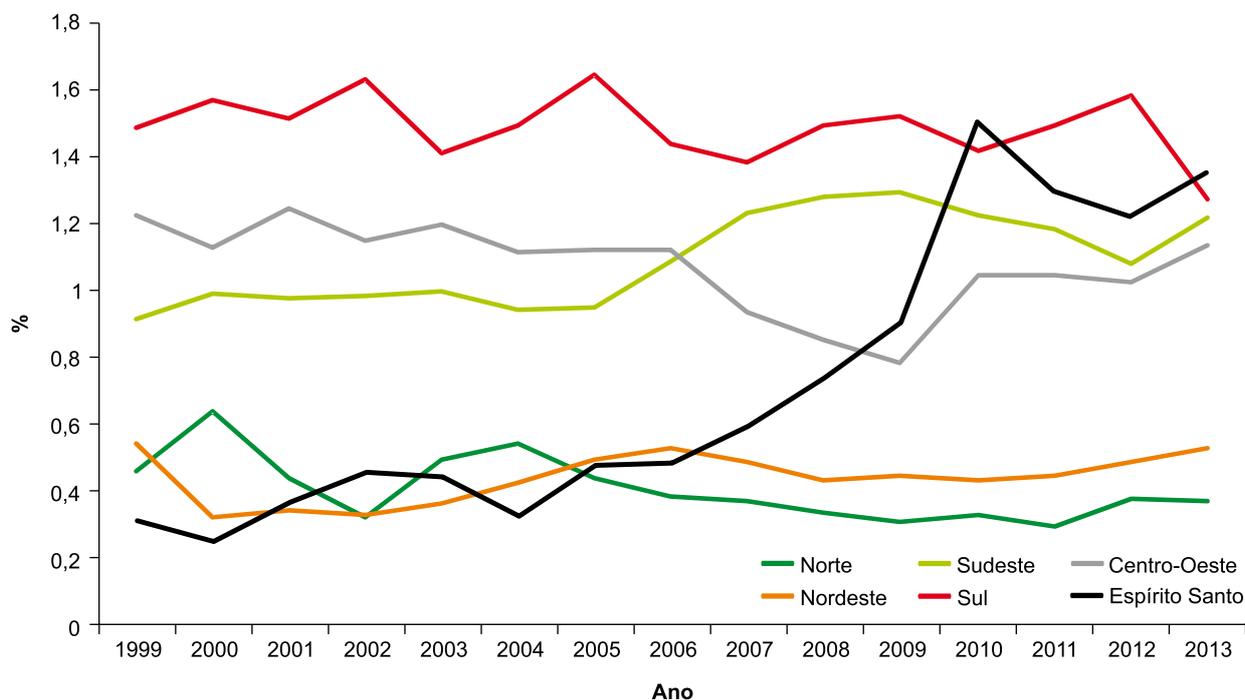


Figura 14. Índice regional de crédito rural (IRCR) em 1999–2013.

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

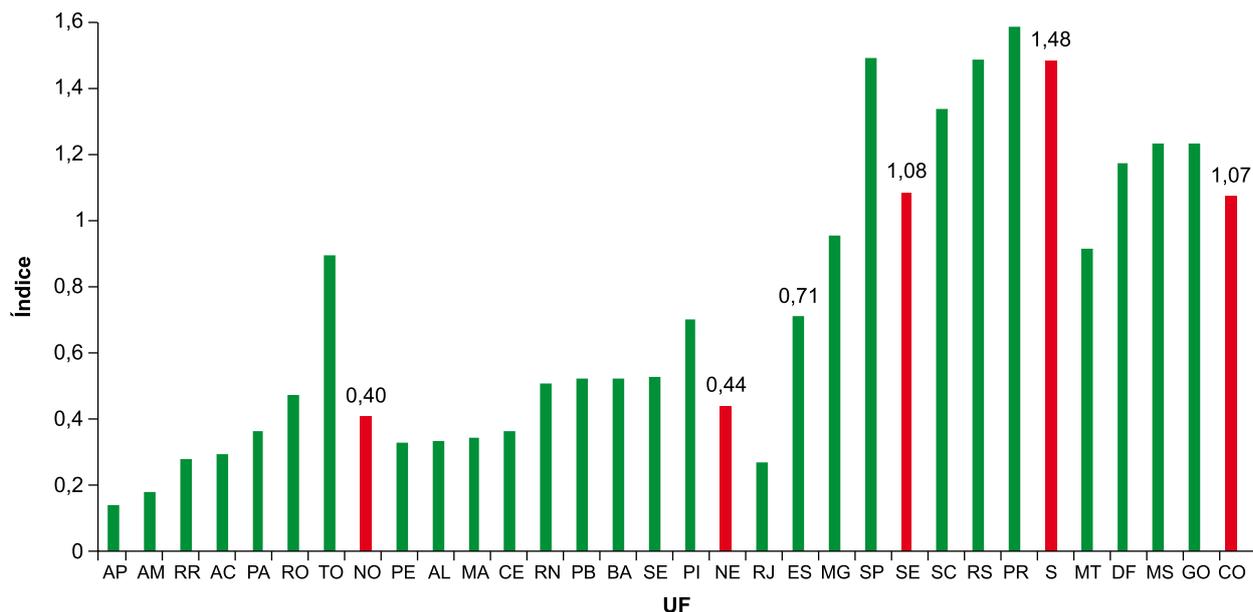


Figura 15. Índice regional de crédito rural (IRCR) no Brasil, média de 1999 a 2013.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

também apresenta *IRCR* menor que a unidade (0,53), sendo o maior *IRCR* o do Piauí (1,21) e o menor, o de Alagoas (0,24). Nas regiões Centro-

Oeste e Sul, o *IRCR* não é tão desigual entre os estados. No Sudeste, o Espírito Santo apresenta o maior *IRCR* (1,34) e o Rio de Janeiro, o menor

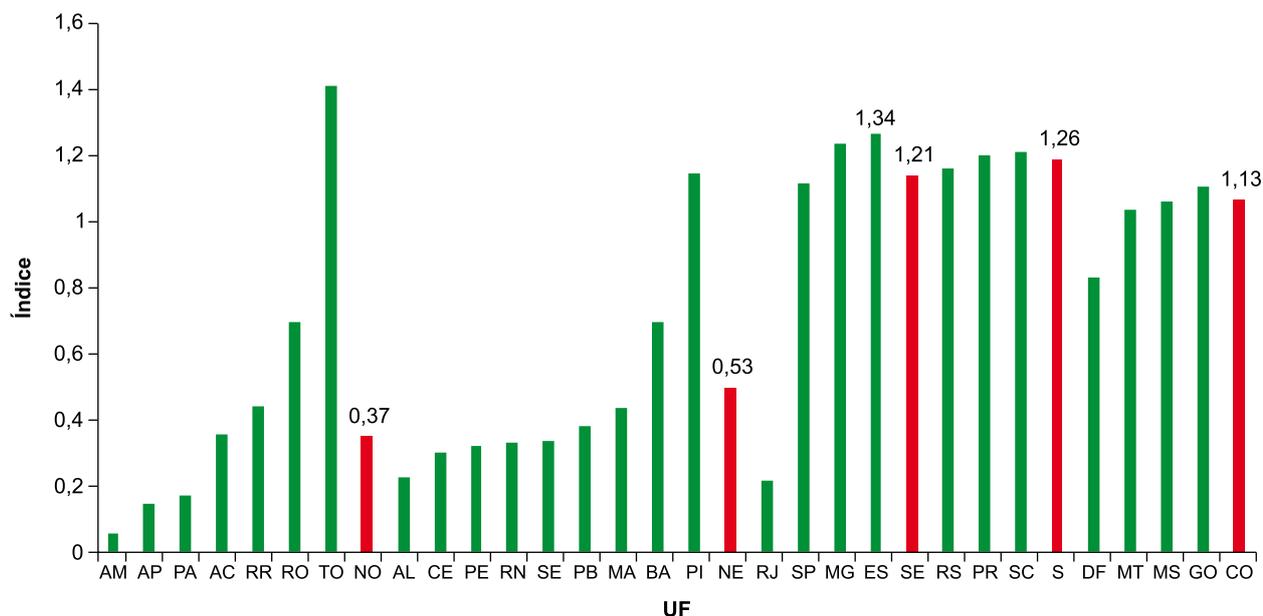


Figura 16. Índice regional de crédito rural (IRCR) no Brasil em 2013.

Fonte: elaborada com dados do Banco Central do Brasil (2016b) e IBGE (2016).

(0,23). No caso do Espírito Santo, o resultado é explicado em parte pelo aumento do volume de recursos para investimento.

A Tabela 1 mostra os dados de participação no crédito rural e participação no valor adicionado da agropecuária das regiões brasileiras e do Espírito Santo. No Brasil, a relação crédito rural valor adicionado da agropecuária foi de 0,39 em média no período de 1999 a 2013; em 2013 a relação ficou em 0,58. No Norte e Nordeste a relação é bem mais baixa. No Sul e Sudeste, ela foi de 0,73 e 0,70. No Espírito Santo, a média em 1999–2013 foi de 0,32; já em 2013, a relação foi de 0,78.

Quanto à participação no total do valor adicionado, o Sudeste e Sul são os mais representativos – o Sudeste mostra tendência de queda. O Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam participação no volume total de crédito rural superior ao de sua participação no total valor adicionado da agropecuária. Essa evidência corrobora a concentração regional do crédito, conforme abordado na revisão de literatura. O *IRCR* abaixo da unidade no Norte e Nordeste evidencia que essas regiões têm potencial para ampliar seus investimentos produtivos na agro-

pecuária, bem como ampliar a utilização de crédito para a produção nesse setor.

No caso do Espírito Santo, sua participação no valor adicionado da agropecuária nacional foi de 5,03% em 2000, mas caiu para 1,33% em 2013. Já sua participação no crédito rural nacional foi de 1,55%, com o pico máximo em 2010 (2,09%) e depois voltou a cair, ficando em 1,78% em 2013. O Espírito Santo, como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, possui participação no volume total de crédito rural superior a sua participação no total do valor adicionado da agropecuária. No entanto, o que se percebe é que, no caso do Espírito Santo, houve uma mudança estrutural, pois o estado partiu de um *IRCR* inferior à unidade (e média também inferior à unidade) e atualmente a situação é inversa. As Figuras 17 e 18 mostram o *IRCR* para os municípios capixabas.

A Tabela 2 mostra dados de participação no crédito rural e participação no valor adicionado da agropecuária dos municípios capixabas. Os municípios da região metropolitana, Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória quase não possuem atividades agropecuárias expressivas, dada

Tabela 1. Dados de crédito rural e valor adicionado e IRCR de 1999 a 2013.

Região	Média de 1999–2013				2013			
	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % no valor adicionado da agropecuária	Participação % crédito	IRCR	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % no valor adicionado da agropecuária	Participação % crédito	IRCR
Brasil	0,39	100	100	1,00	0,58	100	100	1,00
Norte	0,15	9,23	3,68	0,40	0,21	11,48	4,22	0,37
Nordeste	0,18	18,17	7,93	0,44	0,31	16,44	8,65	0,53
Centro-Oeste	0,41	17,48	18,56	1,07	0,66	19,20	21,69	1,13
Sul	0,58	26,56	39,12	1,48	0,73	29,48	37,17	1,26
Sudeste	0,44	28,56	30,70	1,08	0,70	23,39	28,27	1,21
Espírito Santo	0,32	2,65	1,55	0,71	0,78	1,33	1,78	1,34

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

a predominância de atividades ligadas ao setores de serviços e indústria.

Vila Velha, Guarapari e Itapemirim possuem os menores *IRCRs*. Dos municípios com *IRCR* inferior à unidade, constam municípios com grande representatividade no PIB da agropecuária estadual, como Santa Maria de Jetibá (6,91%), Conceição da Barra (3,48%) e Domingos Martins (2,56%). Em Santa Maria de Jetibá, que possui agropecuária extremamente diversificada, com mais de 30 atividades olerícolas, 11 atividades frutícolas, café, produção animal (aves, ovos, suínos) além de culturas alimentares⁷, o *IRCR* é de 0,55. Isso indica que há muito espaço para a tomada de crédito rural para dinamizar ainda mais a agropecuária do município. Na aplicação do crédito desse município, a maior parte dos recursos foi para o custeio (51%). Os recursos para investimentos representaram 32%. Sugere-se que os produtores possam ampliar a tomada de crédito dessa modalidade, tendo em vista que o investimento vai gerar receitas e apoiar a atividade por vários anos.

O município de Domingos Martins, como Santa Maria de Jetibá, possui agropecuária diversificada, representada principalmente pela olericultura (tomate, inhame e gengibre), cafeicultura (arábica), fruticultura (tangerina, banana e morango) e produção animal (galináceos). Seu *IRCR* é de 0,62, o que significa que o município pode ampliar sua tomada de crédito rural, especialmente para investimento.

Para Conceição da Barra, as atividades agropecuárias estão extremamente concentradas na produção de madeira para papel e celulose e cana-de-açúcar para a indústria. O *IRCR* deste município é de 0,42, o que significa que o município ainda possui espaço para ampliação do crédito rural. Sugere-se que o município faça investimentos para promover a diversificação das atividades agropecuárias.

Os municípios de Piúma, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Atílio Vivacqua e

⁷ As informações de produção de cada um dos municípios podem ser obtidas em Galeano et al. (2017).

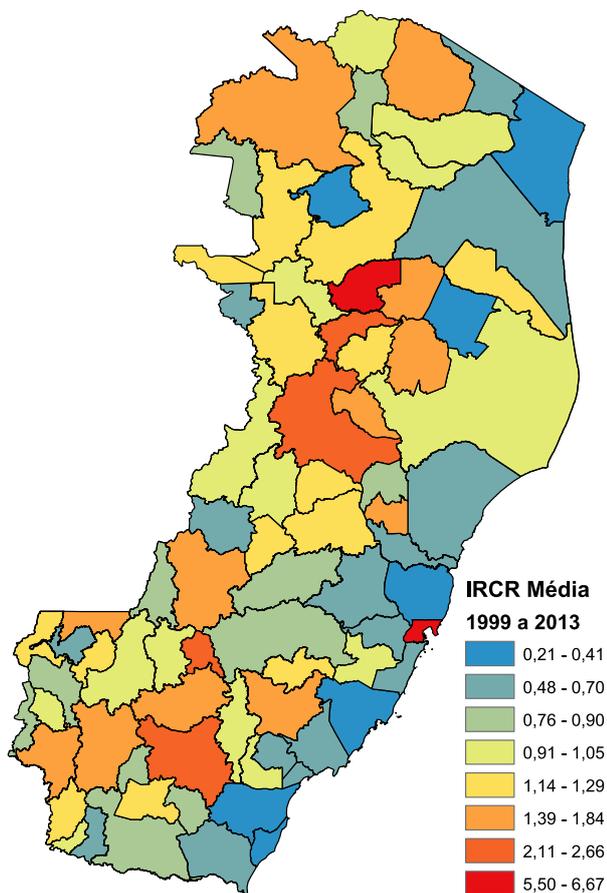


Figura 17. IRCR médio do Espírito Santo em 1999–2013.

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

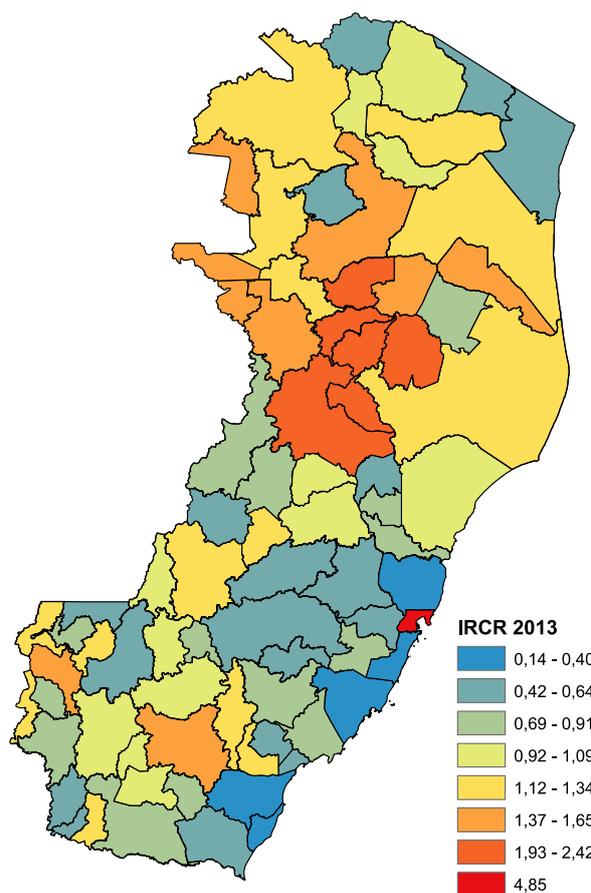


Figura 18. IRCR do Espírito Santo em 2013.

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

Divino de São Lourenço, por exemplo, possuem participação no valor adicionado da agropecuária inferior a 0,5% e *IRCR* inferior à unidade. Esses municípios poderiam ampliar a demanda por crédito rural, especialmente para investimentos. Na lista de municípios com *IRCR* maior que a unidade e com pouca participação no PIB da agropecuária capixaba, constam Apicá, Alto Rio Novo, Dolores do Rio Preto, Rio Novo do Sul e Mantemópolis (Tabela 3). Nesses municípios, a produção é bem concentrada em café e pecuária. No caso de Dolores do Rio Preto, 64% dos recursos foram destinados para custeio. Nos demais municípios citados, a maior parte dos recursos de crédito rural vai para investimento.

No entanto, o que se nota é que os investimentos não estão resultando em agregação de valor para as atividades agropecuárias, e que o crescimento do volume de crédito rural foi superior ao crescimento do PIB da agropecuária municipal.

Assim, espera-se que os municípios que possuem participação percentual no valor adicionado muito inferior à unidade, mas que apresentam *IRCR* acima da unidade, ampliem a geração de valor adicionado ao PIB municipal nos próximos anos. São os casos, por exemplo, dos municípios de Jerônimo Monteiro, Ponto Belo, Dolores do Rio Preto, Rio Novo do Sul, Apicá e Alto Rio Novo, conforme já citamos.

Tabela 2. Dados de crédito rural e valor adicionado e IRCR médio de 1999 a 2013 para municípios do Espírito Santo com IRCR inferior à unidade em 2013.

Município	Média de 1999 a 2013				2013			
	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR
Espírito Santo	0,32	100	100	1,00	0,78	100	100	1,00
Vila Velha	0,26	0,33	0,19	0,59	0,11	0,45	0,06	0,14
Guarapari	0,10	1,10	0,27	0,25	0,18	1,15	0,27	0,24
Itapemirim	0,11	1,93	0,51	0,27	0,22	2,07	0,59	0,29
Marataízes	0,12	1,55	0,35	0,21	0,25	1,83	0,58	0,32
Serra	0,19	0,64	0,23	0,36	0,31	0,53	0,21	0,40
Conceição da Barra	0,14	3,48	0,57	0,23	0,33	1,56	0,66	0,42
João Neiva	0,28	0,51	0,38	0,83	0,35	0,75	0,33	0,45
Iconha	0,25	0,61	0,32	0,53	0,35	0,81	0,37	0,45
Marechal Floriano	0,42	0,97	1,11	1,29	0,38	1,57	0,76	0,48
Santa Leopoldina	0,27	1,27	0,83	0,66	0,38	1,34	0,65	0,48
Plúma	0,28	0,21	0,12	0,56	0,38	0,28	0,14	0,48
Bom Jesus do Norte	0,42	0,08	0,07	0,92	0,40	0,09	0,04	0,51
Mucurici	0,43	0,74	0,74	1,03	0,43	0,63	0,35	0,55
Santa Maria de Jetibá	0,28	6,91	4,55	0,84	0,43	10,90	6,01	0,55
Vila Pavão	0,20	0,98	0,37	0,37	0,44	1,09	0,61	0,56
São José do Calçado	0,46	0,38	0,42	1,14	0,46	0,42	0,25	0,59
Cariacica	0,23	0,26	0,14	0,53	0,47	0,23	0,14	0,60
Presidente Kennedy	0,22	1,07	0,57	0,55	0,47	1,31	0,78	0,60
Laranja da Terra	0,25	0,70	0,38	0,55	0,47	0,71	0,42	0,60

Continua...

Tabela 2. Continuação.

Município	Média de 1999 a 2013				2013			
	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR
Domingos Martins	0,36	2,56	2,23	0,87	0,48	3,03	1,86	0,62
Pedro Canário	0,24	1,31	0,59	0,48	0,48	1,53	0,94	0,62
Muniz Freire	0,44	1,27	1,21	0,99	0,49	1,31	0,83	0,63
Ibatiba	0,52	0,81	1,07	1,39	0,50	1,20	0,77	0,64
Baixo Guandu	0,37	1,02	1,02	1,03	0,54	1,04	0,72	0,69
Venda Nova do Imigrante	0,90	1,35	2,69	2,11	0,58	1,48	1,10	0,75
Anchieta	0,25	0,80	0,37	0,49	0,61	0,72	0,56	0,78
Viana	0,52	0,49	0,48	0,95	0,61	0,53	0,41	0,78
Afilio Vivacqua	0,37	0,36	0,29	0,81	0,62	0,36	0,29	0,79
Divino de São Lourenço	0,39	0,30	0,30	0,97	0,64	0,23	0,19	0,82
Irupi	0,36	0,92	0,59	0,67	0,64	1,12	0,92	0,82
Guaçuí	0,61	0,71	1,29	1,84	0,66	0,84	0,70	0,84
Alfredo Chaves	0,65	0,98	1,53	1,68	0,66	1,28	1,09	0,85
Mimoso do Sul	0,35	1,32	1,14	0,87	0,69	1,32	1,16	0,88
Sooretama	0,24	2,49	0,99	0,41	0,69	2,04	1,81	0,89
Itaguaçu	0,37	1,66	1,49	0,92	0,70	1,38	1,23	0,89
Ibiraçu	0,42	0,50	0,66	1,39	0,70	0,38	0,34	0,90
Fundão	0,29	0,51	0,32	0,64	0,71	0,43	0,39	0,91
Conceição do Castelo	0,40	0,85	0,85	1,02	0,72	0,69	0,64	0,92
Brejetuba	0,41	1,49	1,24	0,86	0,74	1,72	1,63	0,95
Aracruz	0,26	2,96	1,21	0,49	0,76	1,35	1,31	0,97
Montanha	0,51	1,94	2,56	1,45	0,76	2,01	1,96	0,97
Muqui	0,52	0,41	0,51	1,29	0,77	0,46	0,46	0,98

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

Tabela 3. Dados de crédito rural e valor adicionado e IRCR médio de 1999 a 2013 para municípios do Espírito Santo com IRCR superior à unidade em 2013.

Município	Média de 1999 a 2013				2013			
	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR
Jerônimo Monteiro	0,39	0,38	0,29	0,76	0,79	0,41	0,41	1,01
Ponto Belo	0,41	0,36	0,28	0,77	0,80	0,35	0,36	1,02
Castelo	0,54	1,35	1,91	1,39	0,81	1,29	1,34	1,04
Boa Esperança	0,41	1,39	1,26	0,91	0,82	1,53	1,60	1,05
Alegre	0,59	1,00	1,50	1,48	0,84	0,89	0,95	1,07
Santa Teresa	0,47	1,68	1,94	1,18	0,84	1,52	1,64	1,07
São Roque do Canaã	0,53	0,70	0,78	1,14	0,85	0,89	0,97	1,09
Barra de São Francisco	0,49	1,08	1,23	1,14	0,87	1,15	1,28	1,12
São Mateus	0,30	5,74	3,15	0,59	0,89	4,11	4,66	1,13
Iúna	0,54	1,45	1,65	1,22	0,89	1,58	1,80	1,14
Linhares	0,49	6,17	6,31	1,03	0,90	5,03	5,77	1,15
Itarana	0,55	0,79	0,91	1,19	0,90	0,83	0,96	1,15
Água Branca	0,45	0,89	0,83	0,93	0,91	0,93	1,07	1,16
Pinheiros	0,42	3,58	3,29	0,92	0,94	2,56	3,08	1,20
Dores do Rio Preto	0,51	0,35	0,31	0,90	0,97	0,38	0,48	1,24
Afonso Cláudio	0,58	1,52	2,52	1,63	0,98	1,40	1,75	1,25
Vargem Alta	0,51	1,25	1,26	1,05	0,98	0,96	1,21	1,25
Rio Novo do Sul	0,47	0,40	0,41	1,01	1,00	0,42	0,54	1,28
Ecoporanga	0,64	1,72	2,50	1,46	1,04	1,93	2,56	1,32
Apiacá	0,35	0,30	0,20	0,70	1,05	0,32	0,42	1,34
Alto Rio Novo	0,37	0,31	0,19	0,62	1,07	0,27	0,37	1,37
Cachoeiro de Itapemirim	1,26	1,11	2,63	2,40	1,08	1,10	1,51	1,38
Ibitirama	0,43	0,65	0,54	0,83	1,12	0,61	0,88	1,43

Continua...

Tabela 3. Continuação.

Município	Média de 1999 a 2013				2013			
	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR	Relação crédito rural valor adicionado da agropecuária	Participação % PIB	Participação % crédito	IRCR
Mantenópolis	0,52	0,42	0,47	1,14	1,17	0,55	0,83	1,49
Água Doce do Norte	0,45	0,54	0,42	0,84	1,20	0,40	0,61	1,53
Vila Valério	0,62	1,77	2,50	1,58	1,23	1,80	2,83	1,57
Jaguaré	0,56	2,56	2,81	1,14	1,24	2,20	3,48	1,58
Nova Venécia	0,53	2,29	2,69	1,19	1,26	2,22	3,59	1,61
Pancas	0,56	0,84	0,98	1,20	1,29	0,74	1,23	1,65
São Domingos do Norte	1,00	0,52	1,09	2,24	1,51	0,64	1,24	1,93
Mariândia	0,98	0,79	1,30	1,79	1,63	0,89	1,85	2,08
Governador Lindenberg	0,90	0,70	1,08	1,26	1,68	1,00	2,13	2,14
Rio Bananal	0,87	1,81	2,80	1,62	1,68	1,74	3,74	2,15
São Gabriel da Palha	2,24	1,04	5,34	5,50	1,72	1,26	2,78	2,21
Colatina	1,23	1,61	4,31	2,66	1,90	1,55	3,76	2,43
Vitória	3,33	0,24	1,59	6,67	3,80	0,37	1,82	4,85

Fonte: elaborada com dados de Banco Central do Brasil (2016a, 2016b) e IBGE (2016).

Os municípios de Vitória, Colatina e São Gabriel da Palha aparecem como os de maior *IRCR*. No caso de Vitória, os recursos de crédito rural na maior parte são contratos de comercialização registrados em Vitória.

Considerações finais

O setor agropecuário, pela melhor distribuição das atividades ligadas diretamente à terra e demais recursos naturais, é fundamental para a redução das desigualdades sociais e regionais. O setor contribui para a melhor distribuição das atividades produtivas nos municípios e, portanto, para a redução da concentração de renda na capital e grandes centros urbanos. O crédito rural, como indutor do desenvolvimento rural, possibilita que muitos municípios explorem suas potencialidades produtivas e gerem valor econômico.

O estudo mostrou que o *IRCR* médio de 1999 a 2013 foi de 0,71, o que mostra que na média o Espírito Santo teve participação menor no crédito do que no valor adicionado da agropecuária. Até 2009, o *IRCR* do estado era inferior à unidade, mas aumentou consideravelmente a partir de 2006, atingindo o pico de 1,49 em 2010. Em 2013, *IRCR* do Espírito Santo foi o maior do Sudeste (1,34). Como era esperado, a distribuição do crédito rural entre as regiões e municípios do estado na maioria dos casos não acompanha sua participação relativa no valor adicionado da agropecuária.

Assim, este estudo apresentou um mapeamento da participação dos municípios no crédito rural comparada com sua participação no valor adicionado bruto, evidenciando quais poderiam ampliar seus investimentos no meio rural por meio desta política pública.

Referências

ALEXANDRE, M.; BIDERMAN, C.; LIMA, G. T. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. **Revista Economia**, v. 9, n. 3, p. 457-490, set./dez. 2008.

AMADO, A. M. **Disparate regional development in Brazil: a monetary production approach**. Aldershot: Ashgate, 1997. 384 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012)**. 2016a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural (2013 a 2015)**. 2016b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) por sub-região**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/credbanmicro.asp>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Ipea. Texto para discussão, 2028).

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4, p. 93-116.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTRO, C. B. **Moeda e espaço: os casos das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e suas áreas de polarização**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAVALCANTE, A. T. M. **Financiamento e desenvolvimento local: um estudo sobre arranjos produtivos**. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAVALCANTE, A. T. M.; CROCCO, M.; BRITO, M. L. A. de. Impactos macroeconômicos na variação regional da oferta de crédito. **Revista Análise Econômica**, ano 25, n. 47, p. 85-120, mar. 2007.

CHICK, V. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. In: ARESTIS, P.; DOW, S. C. (Ed.). **On money, method and keynes**. London: Palgrave Macmillan, 1992. p. 193-205.

COSTA, E. B. Crédito rural no Espírito Santo. In: DADALTO, G. G.; SILVA, A. E. S.; COSTA, E. B.; GALVÊAS, P. A. O.; LOSS, W. R. **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: Cedagro; Seag, 2016.

CROCCO, M. A. **Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro**. 2010. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- CROCCO, M. A.; NOGUEIRA, M.; ANDRADE, C. M. C. de; DINIZ, G. F. C. O Estudo do gap regional de crédito e seus determinantes, sob uma ótica pós-keynesiana. **Economia**, v. 12, n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2011.
- DADALTO, G. G.; SILVA, A. E. S. da; COSTA, E. B.; GALVÊAS, P. A. O.; LOSS, W. R. **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: Cedagro, 2016. 126 p.
- DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, n. 35, p. 131-168, jun. 2011.
- DE PAULA, L. F. R.; ALVES JÚNIOR, A. J. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minksiano. **Revista Análise Econômica**, ano 21, n. 39, p. 138-162, mar. 2003.
- DOW, S. C. **Financial markets and regional economic development: the Canadian experience**. Aldershot: Avebury, 1990.
- DOW, S. C. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 22-44, 1982.
- DYMSKI, G. Exclusão financeira: a transformação global do Core Banking, um estudo de caso sobre o Brasil. In: DE PAULA, L. F. R.; OREIRO, J. (Org.). **Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**, 2007.
- FERREIRA JUNIOR, R. R.; SORGATO, L. A. A.; ROSÁRIO, F. J. P. Estratégias de inclusão financeira produtiva em regiões periféricas: uma proposta para o Nordeste. **Revista Desenharia**, v. 9, n. 17, p. 33-58, set. 2012.
- FONSECA, M. G. Medidas de atividade econômica. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FREITAS, A. P. G.; DE PAULA, L. F. R. Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: uma análise pós-Real. **Economia**, v.11, n. 1, p. 97-123, jan./abr. 2010.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índice Geral de preços Disponibilidade Interna - IGPDI**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- GALEANO, E. A. V. Mudança estrutural e diversificação na produção agropecuária no Espírito Santo. **Geografares**, v. 21, p. 128-141, jan./jun. 2016.
- GALEANO, E. A. V.; VINAGRE, D. V.; OLIVEIRA, N. A. de; BORGES, V. A. J.; CHIPOLESCH, J. M. A. **Síntese da produção agropecuária capixaba 2014-2015**. Vitória, ES: Incaper, 2017. 236 p. (Incaper. Documentos, 247).
- GALEANO, E. A. V.; TAQUES, R. C.; MASO, L. J.; COSTA, A. F. S.; FERRÃO, R. G. Estimativa de perdas na produção agrícola capixaba em 2015. **Incaper em Revista**, v. 6/7, p. 26-41, 2016.
- IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios 1999-2014**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/default.asp?o=32&i=P>. Acesso em: 6 dez. 2016.
- KALDOR, N. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 337-348, Nov. 1970.
- KEYNES, J. M. **A treatise on money, volume 1: the pure theory of money**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 1971.
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. New York: Hartcourt Brace and World, 1936.
- MATTEI, L. Evolução do crédito do Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 a 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3 p. 58-69, jul./set. 2014.
- MINSKY, H. P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MINSKY, H. P. The financial-instability hypothesis: capitalist processes and the behavior of the economy. In: KINDLEBERGER, C. P.; LAFFARGUE, J.-P. (Ed.). **Financial crises**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 13-47.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T.; DINIZ, G. Financial hierarchy and banking strategies: a regional analysis for the Brazilian case. **Cambridge Journal of Economics**, v. 39, n. 1, p. 139-156, Jan. 2015. DOI: 10.1093/cje/beu008.
- RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. Credit availability and regional development. **Papers in Regional Science**, v. 77, n. 1, p. 63-75, Jan. 1998. DOI: 10.1111/j.1435-5597.1998.tb00708.x.
- ROMERO, J. P.; JAYME JUNIOR, F. G. Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Enep, 2009.
- SORGATO, L. A. A.; FERREIRA JUNIOR, R. R. Desigualdade financeira regional: vazamento de depósitos no Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 17-31, abr./jun. 2014.
- STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, Jun. 1981.
- STUDART, R. Financiamento do desenvolvimento. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B. de; HERMANN, J. (Org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- VASCONCELOS, M. R.; FUCIDJI, J. R.; SCORZAFAVE, L. G.; ASSIS, D. L. O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com aplicação de dados em painel. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 123-149, jan./jun. 2004.